



8 – ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Instituto Politécnico de Castelo Branco
Serviços de Acção Social

1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 - Identificação

Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Castelo Branco

Av. Pedro Álvares Cabral, n.º 12 – 6000-084 Castelo Branco

Classificação Orgânica:

09 1 03 56 00 – Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Castelo Branco

Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

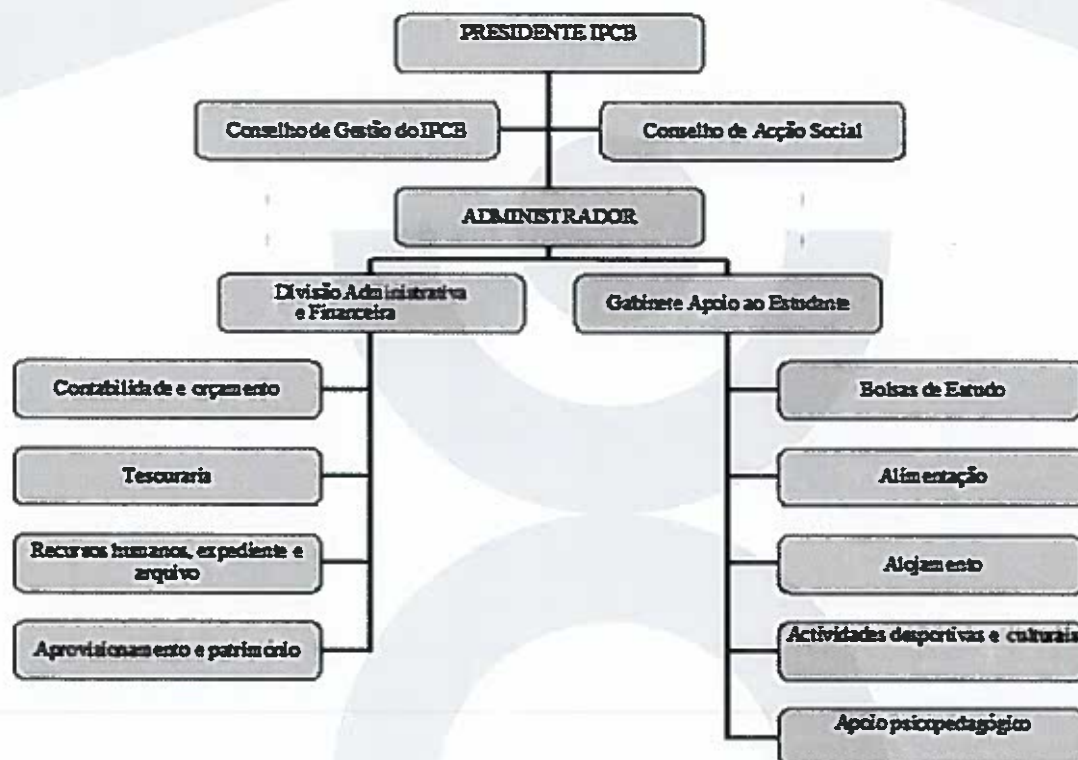
Regime Financeiro: Autonomia Administrativa e Financeira

1.2 - Legislação

Os Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Castelo Branco foram criados através do Decreto-Lei n.º 129/93, de 22 de Abril conjugado com a Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto os quais estabelecem o modo de funcionamento dos serviços. O Regulamento Orgânico encontra-se publicado no Diário da República n.º 106, de 8 de Maio de 2003 (Despacho n.º 9042/2003 – 2.ª série).

1.3 - Estrutura Organizacional efetiva

O organograma atual dos Serviços é o que se apresenta de seguida:



Carla Paz
Alameda
N. L.
Ardeley



Processos de gestão, de avaliação e melhoria e dos serviços de recursos humanos, académicos e de acção social, e dos serviços de apoio à gestão.

*Carlos Maia
António
Nuno
Joaquim
Maria*

1.4. - Descrição sumária das atividades

Tendo em consideração os objetivos legalmente previstos para a ação social no ensino superior, a atuação dos Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Castelo Branco (SAS/IPCB) compreendem em 31 de dezembro de 2016 os seguintes setores de atividade:

- Alojamento - Estiveram em funcionamento as Residências de Castelo Branco (3) com 318 camas tendo estado ocupadas a 85%; a Residência de Idanha-a-Nova com 106 camas esteve ocupada a 60%.
- Alimentação – Os Refeitórios encontram-se concessionados, contudo as refeições foram servidas ao preço social nos 5 refeitórios existentes (ESA, ESE, ESGIN, EST e Residências de Castelo Branco). Em cada uma das Escolas do IPCB e nas Residências de Estudantes funcionou também o serviço de Bar num total de 8 unidades.
- Bolsas de Estudo – No ano letivo 2015/2016 foram analisados 1.374 processos de candidatura a bolsa de estudo tendo sido atribuído este benefício a 1.122 estudantes (82%).

1.5 - Recursos Humanos

Os responsáveis pela direção foram no exercício os seguintes:

Carlos Manuel Maia Leitão	Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco
António Augusto Cabral Marques Fernandes	Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco
Nuno Filipe Alves Gaiola Castela	Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco
Joaquim Raposo Nunes	Administrador do Instituto Politécnico de Castelo Branco
Maria Eduarda Soares M. P. Nogueira Rodrigues	Administradora do Instituto Politécnico de Castelo Branco

Carla Mira
Alameda
21-11
2017

O número de efetivos, reportado a 31 de dezembro de 2016 consta discriminado no quadro que se segue:

PESSOAL EM FUNÇÕES NOS SAS		
Departamento ou Serviço	Carreira	N.º Efetivos
Administração	Dirigente (Administrador)	1
Contabilidade, Orçamento e Serviços Financeiros	Técnico Superior	1
	Assistente Técnico	1
Tesouraria	Assistente Técnico	
Aprovisionamento e Património	Assistente Técnico	
Expediente e Arquivo	Assistente Operacional	2
Bolsas	Técnico Superior	2
Apoio psicológico	Técnico Superior	1
	Assistente Técnico	1
Alojamento	Assistente Operacional	10
	Assistente Técnico	3
IPCB	Assistente Técnico	3
TOTAL		22

1.6 - Organização Contabilística

Os Serviços de Acção Social possuem um sistema de contabilidade de forma a responder às necessidades de gestão e aos requisitos do POC Educação.

Assim, os SAS dispõem de serviços de contabilidade que integram as seguintes secções:

- Controlo Orçamental
- Contabilidade
- Tesouraria
- Património

Carla Faria
Alameda
21-21
2007

Os registos e demais procedimentos de contabilidade são efetuados com recurso a um sistema informático integrado, o qual inclui a contabilidade orçamental, patrimonial e analítica, bem como o inventário e património.

Os livros de registo utilizados são os previstos pela aplicação das normas constantes no POC Educação, nomeadamente Diário, Razão e Balancetes do Razão.

Existe ainda o Registo de Inventário, incluindo todos os documentos previstos na Portaria que aprova o CIBE.

O arquivo de documentos encontra-se dividido em arquivo de receita e arquivo de despesa. O arquivo de receita encontra-se subdividido em: arquivo de documentos relativos às operações orçamentais da receita e arquivo de documentos de suporte de proveitos. No primeiro, encontram-se os documentos emitidos informaticamente, onde constam todas as transações efetuadas para cada processo de receita: processamento da receita, liquidação e recebimento.

No arquivo de documentos de suporte dos proveitos encontra-se o recibo ou guia de receita que deu origem ao proveito juntamente com a nota de lançamento emitida pelo sistema informático.

O arquivo de despesa está estruturado como se segue:

Existe um arquivo de documentos das operações orçamentais de cabimento onde se encontram as informações de aquisição de material, efetuadas pelo sector de aprovisionamento. Junto às referidas informações encontram-se as propostas dos fornecedores e outros documentos relacionados com o processo de aquisição.

Existe também um arquivo onde se encontram as operações orçamentais de compromisso onde se arquivam também o original das respetivas requisições externas, quando emitida.

No arquivo de documentos de suporte dos custos é arquivada a nota de lançamento emitida pelo sistema informático, anexada ao documento de despesa (fatura ou documento similar).

Por último existe ainda um arquivo onde se encontram as ordens de pagamento autorizadas pelo Conselho de gestão.

Como arquivos auxiliares existem ainda os seguintes arquivos de documentos:

Orçamento e alterações orçamentais

Extratos bancários

Reconciliações bancárias

O sistema informático utilizado é baseado numa plataforma de base de dados SQL Server e num sistema integrado de módulos aplicativos englobando as diferentes áreas, o qual funciona em ambiente Windows.

A contabilidade orçamental geral é efetuada em total concordância com a contabilidade patrimonial e analítica, encontrando-se ambas integradas no mesmo sistema pelo que não é efetuada com recurso a quaisquer registos paralelos.

O mesmo sistema permite ainda o registo de todas as operações discriminando a sua fonte de financiamento, bem como a especificação de classificações de despesa e receita alternativas, no caso de tal ser necessário pela imposição de prestação de contas a entidades financiadoras, por critérios diversos dos resultantes do plano de contas em vigor e do Classificador Público de Despesas e Receitas.

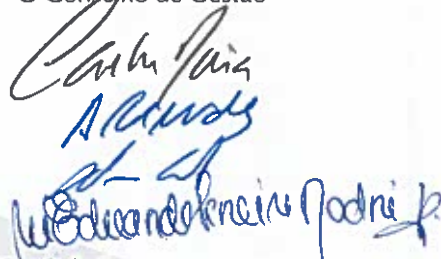
No sistema contabilístico em vigor no corrente ano, foram já produzidas, de forma regular, todas as informações relativas à execução orçamental, conciliações bancárias e outras para suporte de gestão e da prestação periódica de contas aos diversos organismos.

O Responsável

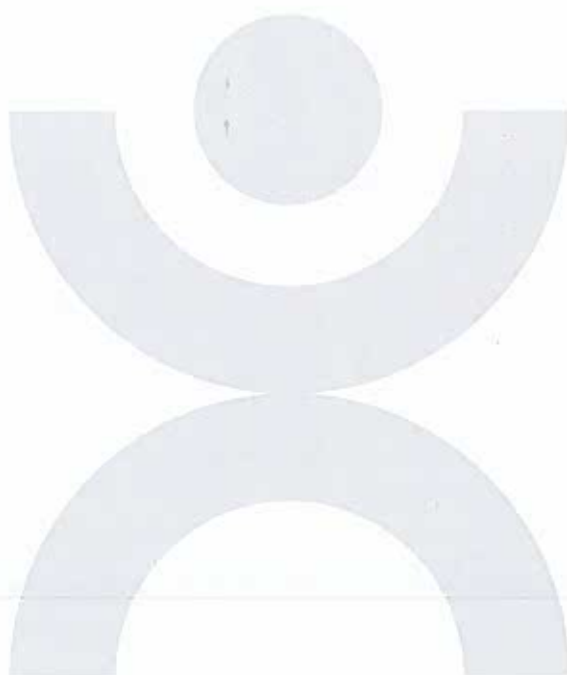


Em 8 de fevereiro de 2017

O Conselho de Gestão



Em 8 de fevereiro de 2017





Cláudia
A. Ramalho
2017
10/07

2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no POC - Educação sendo que aquelas cuja numeração não existe não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras.

Todos os valores encontram-se expressos em Euros.

1 As Demonstrações Financeiras e demais anexos relativos às contas do exercício de 2016 foram efetuados segundo as normas e princípios contabilísticos do Plano Oficial de Contabilidade para o Sector da Educação (POC - Educação) aprovado pela Portaria n.º 794/ 2000 de 20 de setembro.

O Princípio do Custo Histórico foi aplicado aos registos contabilísticos efetuados.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os Princípios da Contabilidade definidos no P.O.C.E.

O inventário dos Serviços de Acção Social do I.P.C.B. foi concluído em 2004 onde foram integrados os bens adquiridos por esta entidade, bem como os bens que lhe estão afetos embora tenham sido adquiridos por outras entidades do Grupo. Sempre que se verificou a existência de bens afetos a entidades diversas da que procedeu à sua aquisição, esta transferência de bens foi valorizada na entidade de destino ao custo histórico consoante os registos fornecidos pela entidade de origem.

Não foram derogadas quaisquer disposições do POC Educação, aprovado pela Portaria 794/2000, de 20 de Setembro.

2 Desde o ano económico de 2002 que os Serviços dispõem de um sistema de contabilidade digráfica de acordo com a portaria 794/2000 de 20 de Setembro.

3. No exercício económico de 2016 foram utilizados os seguintes critérios valorimétricos.

a) Imobilizações Corpóreas

i - Os bens do ativo imobilizado encontram-se valorizados ao custo histórico, com exceção dos imóveis em que os Serviços de Acção Social do I.P.C.B. possuem a sua propriedade plena, que foram avaliados em 5/5/2003, quando da adoção do Plano Oficial de Contabilidade para o Sector da Educação (POC - Educação) por entidade independente, SECREbeiras, Lda. (empresa corretora de seguros). Com referência à data de 31/12/2011, e para fazer face à necessidade da desagregação do valor patrimonial dos terrenos do valor patrimonial dos edifícios, o património urbano e rústico foi objeto de nova avaliação. Assim, foi efetuada correção à avaliação de 2003 do imóvel Complexo Residencial de Castelo Branco, por entidade independente, o Eng. Agrónomo Luís Franco Mira, tendo sido solicitada a homologação à Direção Geral do Património. Em 31/12/2016 o valor líquido contabilístico

*Comunidade
Alameda
29
Macedo*

dos bens avaliados ascendia a 5.311.167,52 euros. Relativamente à Residência III e à Residência localizada em Idanha-a-Nova, encontram-se instaladas em terrenos detidos, respetivamente pela Câmara Municipal de Castelo Branco e Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, pelo que não foi feita nova avaliação com referência à data de 31/12/2011.

ii – O cálculo das amortizações foi efetuado com base nas taxas definidas na Portaria 671/2000 de 17 de Abril, que regulamenta o Cadastro e Inventário de Móveis do Estado (CIME).

b) Existências

As existências encontram-se valorizadas ao preço de custo médio.

c) Especialização de custos

Os Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Castelo Branco registaram os seus Custos e Proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, tendo as diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas sido registadas nas rubricas de Acréscimos e Diferimentos.

d) Reconhecimento de proveitos

As transferências correntes obtidas do Orçamento de Estado, resultantes do orçamento aprovado para o exercício e subsequentes alterações orçamentais, são reconhecidas como proveito no exercício em que ocorre o seu recebimento.

A responsabilidade com férias e subsídios de férias é registada como custo do ano em que o pessoal adquire o direito ao gozo das férias. Em consequência, o valor das férias e dos subsídios de férias vencidos e não pagos à data do balanço foi estimado e incluído na rubrica de “Acréscimos de custos”.

As transferências de capital obtidas do Orçamento de Estado ou outras entidades são registadas na rubrica proveitos diferidos, sendo reconhecidas nas demonstrações de resultados proporcionalmente às amortizações subsidiadas.

Este procedimento tem em vista o reconhecimento do benefício resultante do uso desses bens nos exercícios em que, fruto do registo das respetivas amortizações, foi reconhecido o seu custo.

4 A conversão para euros dos valores expressos originariamente noutras divisas foi efetuada pela cotação em vigor à data das operações.

7 Os movimentos das contas do ativo imobilizado constantes do balanço e das respetivas amortizações e provisões constam dos quadros que se seguem:

*Carmin M
Alameda
L. A.
L. B. de*

Imobilizado

Unidade monetária: Euros

Rubrica	Saldo Inicial	Reforços	Regularizações	Saldo Final
De Imobilizações Incorpóreas				
Propriedade Industrial e Outros direitos	221,65	0,00		221,65
	221,65	0,00		221,65
De Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	1 308 759,88			1 308 759,88
Edifícios e outras construções	4 885 129,82			4 885 129,82
Equipamento básico	811 213,64	16 974,92		828 188,56
Ferramentas e utensílios	33 436,86			33 436,86
Equipamento administrativo	78 529,86			78 529,86
Outras imobilizações corpóreas	8 533,84			8 533,84
Imobilizações em curso	0,00			0,00
	7 125 603,90	16 974,92	0,00	7 142 578,82
TOTAIS	7 125 825,55	16 974,92	0,00	7 142 800,47

Amortizações e Provisões

Unidade monetária: Euros

Rubrica	Saldo Inicial	Reforços	Regularizações	Saldo Final
De Imobilizações Incorpóreas				
Prop. Industrial e Outros direitos				
De Imobilizações Corpóreas				
Edifícios e outras construções	786 471,94	65 106,72		851 578,66
Equipamento básico	771 013,88	18 394,88		789 408,76
Ferramentas e utensílios	33 369,81	64,08		33 433,89
Equipamento administrativo	75 302,47	1 255,44		76 557,91
Outras imobilizações corpóreas	8 047,84	117,24		8 165,08
TOTAIS	1 674 205,94	84 938,36	0,00	1 759 144,30

8. Relativamente aos imóveis, a Residência III e a Residência localizada em Idanha-a-Nova, encontram-se instaladas em terrenos detidos, respetivamente pela Câmara Municipal de Castelo Branco e Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

9. Os Serviços dispõem de um inventário elaborado segundo as normas do CIBE, estando elaboradas relativamente aos ativos expressos nas demonstrações financeiras todos os mapas previstos na legislação em vigor.

Dos referidos mapas constam as informações relativas a:

A descrição dos ativos imobilizados;

Valores dos bens adquiridos em estado de uso,

Carla Iria
Alameda
21-11
2007

Datas de aquisição e reavaliação;

Valores de aquisição, ou outro valor contabilístico na sua falta, e valores de reavaliação

Taxas de amortização

Amortizações do exercício e acumuladas;

Alienações, transferências e abates de elementos do ativo imobilizado, no exercício

Valores líquidos dos elementos do ativo imobilizado.

12 O imobilizado dos Serviços de Ação Social é composto por bens próprios e bens cedidos por entidades do Grupo. O valor das imobilizações cedidas é discriminado por terceiro como se segue:

Entidade Cedente	Valor
Instituto Politécnico de Castelo Branco	117.749,80 €
Escola Superior de Gestão	25.620,43 €
Total de bens cedidos	143.370,23 €

31 As provisões apresentaram a seguinte evolução:

Unidade monetária: Euros

Código das contas	Designação	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
2912	Provisões para cob. Duvidosas - Alunos	5 944,65	8 621,67		14 566,32
2918	Provisões para cob. Duvidosas - Outros devedores e credores	8 196,68			8 196,68

32 As contas da classe 5 – Fundo Patrimonial registaram os seguintes movimentos no exercício, conforme constam no quadro seguinte:

Unidade monetária: Euros

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Diminuições	Saldo Final
51 Património	1 676 583,23			1 676 583,23
577 Reservas decorrentes de transf activos	119 687,33			119 687,33
59 Resultados transitados	-349 078,43		4 107,72	-353 186,15
	1 447 192,13	0,00	4 107,72	1 443 084,41
88 Resultados líquidos (2015)	-4 107,72	44 479,48		40 371,76

Cont. Im.
Alamy
2-21
10007

Explicação dos movimentos ocorridos nas contas da classe 5.

- A conta 59 – Resultados transitados foi debitada pelo montante de 4.107,72 € correspondente ao resultado líquido negativo apurado no exercício de 2015, por contrapartida da conta 88.

- A conta 88 – Resultado líquido do exercício foi creditada pelo montante de 4.107,72 € correspondente ao resultado líquido negativo apurado no exercício de 2015, por contrapartida da conta 59 e creditada pelo montante de 40.371,76 € correspondente ao resultado líquido positivo apurado no exercício.

33 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas como se segue:

Unidade Monetária: Euros

Cód. Contas	Movimentos	Mercadorias	Matérias-Primas, Subs. e de Consumo
32	Existências iniciais	21 347,30	
31	Compras		3 927,05
38	Regularização de existências		
32	Existências finais	21 347,30	
61	Custos no Exercício	0,00	3 927,05

35 O valor das vendas e prestações de serviços discrimina-se da forma que se segue:

Unidade Monetária: Euros

Venda de Mercadorias	
Publicações	
Cadernos de encargos	
Senhas de cantina	515,00
Artigos de publicidade	
Outros Bens	255,67
Subtotal	<u>770,67</u>
Prestações de Serviços	
Serviço de alimentação	518,00
Serviço de alojamento	280 766,60
Subtotal	<u>281 284,60</u>
TOTAL	<u><u>282 055,27</u></u>

As prestações de Serviços foram na totalidade efetuadas no mercado interno.

37 Demonstração dos resultados financeiros, como se segue:

Demonstração dos resultados financeiros

Unidade Monetária : Euro

Carla Maria Almeida
10/03/2016

Código das contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
681	Juros suportados			781	Juros obtidos		
688	Outros custos e perdas fin.	123,00	161,94	787	Ganhos na alienação de aplic. de tes.		
	Resultados financeiros	-123,00	-161,94				
	TOTAL	0,00	0,00		TOTAL	0,00	0,00

38 Demonstração dos resultados extraordinários, como se segue:

Demonstração dos resultados extraordinários

Unidade Monetária : Euro

Código das contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
693	Perdas em existências			794	Ganhos em imobilizado	779,06	1 286,00
694	Abates			796	Provisões		
697	Correcções relativas a ex.º anteriores	236,48		797	Correcções relativas a ex.º anteriores		
698	Outros custos e perdas extr.		51,64	798	Outros prov. e ganhos extr.	59 983,44	59 983,44
	Resultados extraordinários	60 526,02	61 217,80				
	TOTAL	60 762,50	61 269,44		TOTAL	60 762,50	61 269,44

39 Os movimentos ocorridos na rubrica de Acréscimos e Diferimentos foram os seguintes:

Unidade Monetária : Euro

271 - Acréscimos de proveitos		
Saldo Inicial	154,92	D
Alojamento		D
Férias e Subsídio de férias		D
Regularização de Acréscimos de Proveitos 2015	154,92	C
Saldo final	0,00	D
272 - Custos diferidos		
Saldo Inicial	5 308,21	D
Seguros	5 275,76	D
Serviços de limpeza, higiene e conforto	210,52	D
Gás		D
Regularização de Custos Diferidos 2015	5 308,21	C
Saldo final	5 486,28	D
273 - Acréscimos de custo		
Saldo Inicial	54 768,54	C
Férias e Subsídio de férias	46 716,96	C
Electricidade	4 507,07	C
Água	739,93	C
Gás	3 672,60	C
Comunicações		C
Refeições		C
Encargos de certificação		C
Regularização de Acréscimos de Custos 2015	54 768,54	D
Saldo final	55 636,56	C
274 - Proveitos Diferidos		
Subsídios para investimentos		
Saldo inicial	4 062 408,70	C
Aumentos	0,00	
Diminuições	0,00	
Pelo valor das amortizações	59 983,44	D
Regul dos bens abatidos		D
Saldo final	4 002 425,26	C
Outros proveitos diferidos		
Saldo inicial	4 555,55	C
Regularização inst gás natural	187,05	D
Regularização de Proveitos Diferidos 2015	3 246,22	D
Alojamento	4 616,76	C
Saldo final	5 739,04	C
Saldo final 274	4 008 164,30	C

Carla Jm
Alamy
2-11
10/07

40 Mapa de Fluxos de Caixa

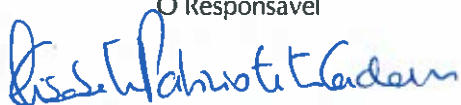
Demonstração das divergências entre o Mapa de Fluxos de Caixa e as disponibilidades do balanço:

Unidade Monetária : Euro

Descrição	Montante
Saldo de Gerência (Mapa Fluxos de Caixa)	139.848,66
Disponibilidades (Balanço)	139.848,66
Diferença	0,00

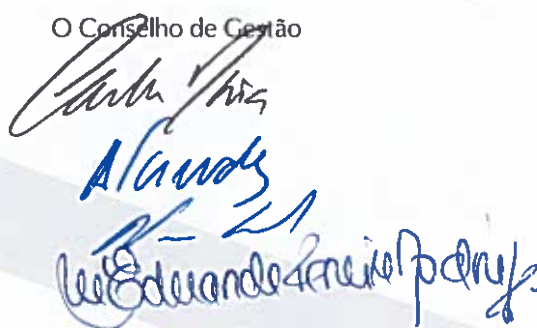
Não existem divergências entre o Mapa de Fluxos de Caixa e as disponibilidades do balanço porque no exercício os SASIPCB não processaram movimentos no período complementar, ao contrário do que tinha acontecido nos exercícios anteriores.

O Responsável



Em 8 de fevereiro de 2017

O Conselho de Gestão



Em 8 de fevereiro de 2017